



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Especial de Estudo		
Modernização do Código de Posturas		
Reunião: 12 ^a	Sessão legislativa: 4 ^a	Legislatura: 19 ^a
Finalidade: “modernização do Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”		
Requerimento nº: 1.628/23		
Autoria: Sérgio Fernando Pinho Tavares, Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernanda Pereira Altoé, Fernando Luiz, Gabriel Sousa Marques de Azevedo, Gilson Guimarães, Henrique Braga, Irlan Melo, Janaina Cardoso, Jorge Santos, Marcela Trópia e Ramon Bibiano da Casa de Apoio		
Data: 24/5/24		
Horário de início: 10h10min		Horário de encerramento: 12h56min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência da vereadora Marcela Trópia, que registrou a presença dos vereadores Gilson Guimarães, Ciro Pereira e Reinaldo Gomes Preto Sacolão, os dois últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, a presidenta declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, a presidenta comunicou a aprovação das atas da 10^a e da 11^a reuniões, realizadas em 26/4 e 10/5/24, respectivamente.

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Finalidade: “discutir e avaliar possíveis alternativas para modernizar e simplificar o atual Código de Posturas do Município”
Requerimento de Comissão nº: 934/24
Autoria: Marcela Trópia e Gilson Guimarães

Compuseram a mesa: 1) a subsecretária de Regulação Urbana da Secretaria Municipal de Política Urbana - Sureg/SMPU, Livia de Oliveira Monteiro; 2) o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

representante da comissão de excedentes do concurso de fiscais, Gustavo Oliveira Andrade; 3) a moradora do Bairro Lagoinha Maria Aparecida Dantas; 4) a presidenta do Movimento Lagoinha Viva, Teresa Vergueiro; 5) a vice-presidenta do Movimento Lagoinha Viva, Paulina Ribeiro de Oliveira; 6) o morador do Bairro Savassi Thiago Duarte Nunes de Oliveira; 7) a moradora do Bairro Savassi Rita Velloso; 8) o morador do Bairro Savassi Leonardo Valadares; 9) o morador do Bairro Savassi Rafael Penido; 10) o morador do Bairro Savassi Flávio Mourão; 11) o morador do Bairro Carlos Prates Carlos César Ribeiro; 12) o morador do Bairro Santa Tereza Diamantino Serafim; 13) o morador do Bairro Centro Harethon Silveira Domingos. Houve presenças remotas.

A presidenta informou o motivo da audiência pública. Explicou que esta comissão especial de estudo foi criada com o objetivo de continuar o trabalho de desburocratização da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, não para reduzir o número de regras, mas para garantir que elas sejam eficazes. Disse que o atual Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, estabelecido em 2003, é antigo e vem sendo alterado com emendas, resultando na sua desconfiguração. Acrescentou que o documento é extenso e abrange a regulação de calçadas; o uso de mesas e cadeiras nas ruas; a regulamentação de bares e restaurantes, de obras, de feiras livres, de engenhos de publicidade, de iluminação, entre outros aspectos. Declarou que as atividades desta comissão foram divididas em várias audiências públicas, sendo esta a última. Informou que o relatório final será apresentado pelo vereador Gilson Guimarães em duas semanas. Disse que o atual Código de Posturas não considera as peculiaridades de cada região, especialmente as de uso misto. Sugeriu que o documento seja mais flexível, com regras rígidas para regiões



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tipicamente residenciais e mais adaptáveis para áreas mistas, de uso comercial e habitacional. Enfatizou a necessidade de legislações e planos locais específicos para o desenvolvimento de áreas como a Lagoinha.

Maria Aparecida Dantas relatou o descaso vivido pelos moradores do Bairro Lagoinha, descrevendo o local como banheiro a céu aberto. Destacou a falta de respaldo e investimentos do poder público. Disse que o bairro não tem infraestrutura adequada e que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - é caro. Afirmou que muitas calçadas são inadequadas e apresentam buracos, dificultando a acessibilidade para idosos e cadeirantes. Disse que a recente promessa de limpeza urbana diária pela Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - parece ser motivada pelo ano eleitoral, uma vez que antes essa medida não era realizada. Relatou sua experiência pessoal, detalhando a violência e a insegurança na Rua Itapecerica, onde reside, e a ineficácia das autoridades em responder a incidentes como tiroteios e roubos. Disse que ficou impressionada com a quantidade de ratos presentes na Praça Vaz de Mello. Citou uma agressão que sofreu por um morador de rua. Relatou o incômodo causado pelos ferros-velhos que obstruem os passeios e fazem barulho constante durante a madrugada, além da queima de fios, que afeta a saúde dos moradores, como a de sua vizinha, que tem problemas pulmonares. Enfatizou a presença de atividades ilegais como a venda de drogas e a presença de estabelecimentos irregulares e a ineficácia das autoridades em coibir essas práticas. Criticou o barulho alto e constante de estabelecimentos que perturbam a paz dos moradores. Falou sobre a demora da resposta da fiscalização da PBH. Disse que a instalação de placa de ponto limpo no posto de saúde da Rua Jequeri só foi possível



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

após convidar representantes da PBH para participar de reunião da comissão local de saúde.

A presidenta disse que problemas semelhantes aos enfrentados no Bairro Lagoinha, embora menos graves, têm ocorrido em outras áreas da cidade, como Savassi, Lourdes e Santa Tereza. Explicou que algumas questões trazidas por Maria Aparecida Dantas relacionam-se ao Código de Posturas, mas problemas de criminalidade e de pessoas em situação de rua requerem a intervenção da Polícia Militar e da Assistência Social. Sugeriu que a comissão crie grupos de trabalho temáticos para abordar as especificidades de cada área.

Teresa Vergueiro disse que, embora o Bairro Lagoinha enfrente muitos problemas, o Movimento Lagoinha Viva tem conseguido resolver várias questões. Mencionou a colaboração do secretário Municipal de Segurança e Prevenção, Genilson Ribeiro Zeferino, e da promotora Luciana Ribeiro na abordagem de casos de criminalidade, uso de drogas e pessoas em situação de rua. Destacou o apoio do posto de saúde São Cristóvão e da Regional Noroeste. Falou sobre a necessidade de fiscalização contínua na passarela do Bairro Lagoinha após as 18h30min. Disse que o Movimento Lagoinha Viva precisa de mais voluntários e que espera o apoio da CMBH e da PBH. Enfatizou a importância do plano local, recentemente recebido do prefeito Fuad Noman, que visa organizar a região. Afirmou que a minuta está sendo estudada pelo advogado e pelo arquiteto e urbanista do Movimento Lagoinha Viva e será entregue em breve ao Ministério Público. Acrescentou que o próximo passo será a requalificação do bairro. Disse que a PBH precisa apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - nas intervenções que realiza. Explicou que a escolha da localização do Centro de Referência da População de Rua - Centro POP - e da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Casa de Passagem foi feita sem consulta prévia aos moradores, o que está causando tumulto na região. Questionou se o Parque da Lagoinha tem EIV.

Paulina Ribeiro de Oliveira, moradora do Bairro Lagoinha há mais de 30 anos, disse que transformou sua casa em empreendimento para eventos com capacidade para 250 pessoas. Declarou que, inicialmente, esse empreendimento parecia ser uma solução positiva para o bairro, atendendo a demanda da juventude, surgida no período pós-pandemia, por espaços abertos e acolhedores. Explicou que, no entanto, a PBH impede a venda de ingressos por seu empreendimento não ser boate ou casa de espetáculo, o que complica a gestão do fluxo de pessoas e cria desordem na área. Disse que outros empresários do setor sofrem com o mesmo problema. Propôs que a PBH reavalie suas políticas de venda de ingressos, pois a situação atual prejudica tanto os empresários quanto a população.

A presidenta destacou a necessidade de resolver a questão da venda de ingressos. Declarou que, ao estudar essa pauta, percebeu que as orientações não estavam claramente estabelecidas em legislação, mas sim em uma página de *site* que definia o que seria considerado casa de show ou bar com entretenimento. Disse que a venda de ingressos ajuda a organizar e garantir a lotação adequada dos estabelecimentos. Questionou a razão de a PBH exigir o acesso ao *login* do Sympla para monitorar as compras de ingressos.

Thiago Duarte Nunes de Oliveira disse que alguns moradores do Bairro Savassi elaboraram texto para organizar as ideias e facilitar a compreensão e acrescentou que pode enviá-lo posteriormente, se desejado. Esclareceu que não se trata de documento oficial. Leu o texto, que abordou o panorama geral dos problemas ocorridos no bairro durante as madrugadas, especialmente no quarteirão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

final da Rua Sergipe, esquina com a Rua Fernandes Tourinho. Destacou que os moradores da região estão enfrentando sérios problemas que afetam seu sossego. Relatou que os estabelecimentos comerciais frequentemente excedem os limites de decibéis permitidos pela legislação e não respeitam o horário de restrição de barulho. Disse que ocorre também comercialização de bebidas alcoólicas para clientes que permanecem em pé, aglomerando-se nas calçadas e ruas e impedindo a passagem de pedestres e veículos. Acrescentou que a situação é agravada por constantes brigas, venda de drogas, assaltos e roubos de veículos estacionados na região. Disse que, apesar das tentativas de contato com os órgãos competentes, incluindo denúncias e solicitações à Polícia Militar, o socorro raramente é eficiente. Enfatizou que as regras precisam ser claramente definidas e efetivamente aplicadas e fez uma série de sugestões de melhoria, abrangendo atividade comercial, segurança e trânsito.

A presidenta disse que algumas medidas apresentadas por Thiago Duarte Nunes de Oliveira são muito razoáveis e pertencem ao Código de Posturas, mas há questões que devem ser encaminhadas aos órgãos competentes, como a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTrans. Anunciou que apresentaria dois vídeos, conforme solicitado pelos moradores do Bairro Savassi, para ilustrar o que foi relatado.

Rita Velloso explicou que os vídeos foram feitos por sua vizinha e referem-se ao quarteirão final da Rua Sergipe, entre a Rua Fernandes Tourinho e a Avenida Getúlio Vargas. Acrescentou que os vídeos foram filmados às 4 horas da manhã, quando já não há mais fiscalização. Disse que é comum os bares ficarem abertos até às 8 horas da manhã.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Leonardo Valadares disse que eventos irregulares ocorrem principalmente de quinta-feira a domingo na região mencionada do Bairro Savassi, prejudicando o sossego dos moradores.

Rafael Penido disse que a saúde é um direito constitucional. Destacou que bons comerciantes são bem-vindos, enquanto maus comerciantes não podem continuar operando e devem ser contidos. Convidou os presentes a visitarem a região no sábado por volta das 8 horas da manhã para observar, além do odor de urina, a quantidade de restos de cocaína que permanecem na área. Criticou o fato de a fiscalização terminar às 2 horas da manhã, permitindo que bares infratores aumentem o volume do som após esse horário. Declarou que há bares que realizam *raves* eletrônicas de porta fechada em plena segunda-feira, situação que já é de conhecimento da PBH. Sugeriu a busca por bons modelos de prática comercial e disse ter esperança de que os vereadores considerem as necessidades dos moradores. Disse que há um movimento dos bares para aumentar o limite de decibéis, o que agravaria a situação. Disse que a PBH removeu as faixas de protesto dos moradores em um dia, enquanto faixas de anúncios ficam expostas durante semanas. Destacou que o trânsito na área está um caos.

A presidenta disse que, para a questão do Bairro Savassi, já foi criado um grupo de trabalho entre a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel, a fiscalização e a Polícia Militar, para conseguir coibir os infratores e preservar os bons estabelecimentos.

Carlos César Ribeiro apresentou fotos e vídeos que mostram a praça localizada no encontro das ruas Patrocínio e Peçanha, no Bairro Carlos Prates. Disse que se trata de uma praça pequena e tombada, com vista muito bonita para o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Centro e situada em bairro caracteristicamente residencial. Acrescentou que a praça é um cartão-postal da cidade pouco explorado e nada conservado pela PBH. Destacou que mesas e cadeiras do estabelecimento Forno da Saudade obstruem a praça e dificultam o acesso de pessoas, principalmente de cadeirantes. Disse que quem não é cliente do estabelecimento não tem o direito de usar esse importante espaço público. Declarou que, desde o ano passado, há uma demanda dos moradores para tentar recuperar o direito de uso da praça, incluindo a realização de abaixo-assinado encaminhado ao Ministério Público. Propôs que a comissão reveja a concessão de licença para mesas e cadeiras nas calçadas.

A presidenta disse que é preciso ter bom senso e declarou considerar retrocesso a proibição de mesas e cadeiras nas calçadas. Destacou que, se o estabelecimento obedece à regra, deixando corredor de passagem entre as mesas, é razoável mantê-las. Disse que, na ausência do estabelecimento, a praça poderia estar ocupada por moradores de rua e usuários de drogas. Sugeriu que uma conversa dos moradores com o estabelecimento poderia resultar no uso mais consciente da praça para ambos.

O vereador Gilson Guimarães disse que o seu gabinete está à disposição e que vai analisar os questionamentos trazidos pelo Carlos César Ribeiro.

A presidenta declarou que qualquer pessoa, física ou jurídica, pode adotar uma praça de Belo Horizonte. Acrescentou que a PBH não consegue cuidar de todas as praças. Citou, como exemplo, o Restaurante do Porto do Bairro Sagrada Família, que adotou a praça que fica em frente ao estabelecimento.

Diamantino Serafim apresentou vídeos filmados por moradores da Região da Pampulha que relatam situações de poluição sonora. Explicou que esses moradores



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

não puderam comparecer na audiência pública. Disse que é adotante da Praça Duque de Caxias, no Bairro Santa Tereza. Afirmou que a legislação atual é ruim e precisa ser aprimorada e atualizada para refletir as mudanças da demanda da população. Destacou a necessidade de respostas mais rápidas, pois os problemas são localizados, citando que, em Santa Tereza, dos 90 bares, apenas 10 são problemáticos, conhecidos pela fiscalização e pela polícia. Citou um incidente, um acontecimento inédito e absurdo, no qual um carro parou na Praça Duque de Caxias e atirou em uma pessoa no meio do dia. Criticou o uso inadequado dos *parklets* e os bares balcão. Disse lamentar a falta de transparência e comunicação sobre eventos nas praças. Declarou que um evento estava programado para o fim de semana na Praça Duque de Caxias sem seu conhecimento, apesar de ser adotante do local. Criticou o fato de ser possível pedir a licença até dois dias antes do evento.

A presidenta disse que essa questão ocorre em todas as regiões de Belo Horizonte desde que o prefeito Kalil centralizou o licenciamento de eventos, retirando essa responsabilidade das regionais. Acrescentou que essa mudança resultou na perda de agilidade na obtenção de informações. Destacou que é necessário que os moradores e os estabelecimentos comerciais utilizem o espaço em conjunto de maneira harmoniosa.

Harethon Silveira Domingos disse que a CMBH e a PBH têm sido em parte ineficientes devido a informações distorcidas fornecidas por donos de bares e pela Abrasel. Citou como exemplo uma notícia da Rádio Itatiaia na qual a Abrasel alegou falsamente que o barulho não é causado pelos bares, mas por pessoas na rua após o fechamento dos estabelecimentos. Apresentou vídeos do Bairro Centro, perto do Mercado Central, que ilustram a poluição sonora enfrentada pelos moradores. Disse



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que os bares colocam caixas de som viradas para a rua, criando barulho em frente às janelas das residências. Acrescentou que esses bares operam durante o dia, à noite e até aos domingos, dia que deveria ser de descanso. Destacou que Belo Horizonte é a capital dos bares e a sua fiscalização é a menor do Brasil.

Gustavo Oliveira Andrade destacou a importância de discutir o Código de Posturas, pois a cidade é um organismo vivo com novas necessidades surgindo diariamente. Mencionou a dificuldade de conciliar o empreendedorismo com o sossego da população, uma questão complexa que necessita de constante debate. Apontou que o último concurso para fiscais foi realizado há mais de 20 anos, em 2000, quando a cidade passou a contar com 600 profissionais. Acrescentou que, atualmente, o Município possui 354 fiscais. Disse que, em 2023, um novo concurso foi feito, quando foram nomeados 40 novos fiscais, mas muitos dos atuais ocupantes do cargo estão prestes a se aposentar, o que significa que o número de fiscais não aumentará significativamente. Explicou que a fiscalização em Belo Horizonte atua em cinco áreas, sendo a única no País a cobrir todas essas áreas, apesar de ter o menor número de profissionais. Comparou a situação com São Paulo, onde há um fiscal para cada 3 mil habitantes, enquanto em Belo Horizonte essa proporção é de 1 fiscal para cada 11 mil habitantes. Solicitou a criação de mais cargos de fiscal e alertou para o fato de que, sem novos concursos, a cidade ficará sem fiscais nos próximos anos. Explicou que o treinamento do fiscal é longo, com um curso de quatro meses seguido de um ano de trabalho em campo, acompanhado por um fiscal experiente. Destacou que a fiscalização faz o que pode, mas não consegue atender a todas as demandas e não está ali para punir, mas para garantir o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cumprimento das leis definidas pela CMBH. Informou que a fiscalização de poluição sonora ocorre de quinta-feira a domingo, das 20 às 2 horas da manhã.

Às 12h11min, a presidenta prorrogou a reunião por uma hora.

Lívia de Oliveira Monteiro disse que o Código de Posturas trata principalmente do comportamento das pessoas e, como elas têm visões e comportamentos diferentes, é preciso que haja convergência a partir também das escolhas que fizeram sobre morar em áreas mais residenciais ou mais comerciais. Afirmou que os arts. 340 a 345 do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte tratam do licenciamento de empreendimento de impacto. Acrescentou que a PBH não apresentará estudo de impacto para a Lagoinha, pois o tipo de intervenção a ser feito não justifica essa necessidade. Declarou que a PBH exige o acesso ao *login* do Sympla para realizar auditorias de ingressos, pois alguns eventos em espaços públicos devem pagar uma taxa à PBH. Disse que, quanto ao Bairro Savassi, em audiência pública recente, o setor de bares solicitou flexibilização da legislação sobre poluição sonora. Disse que o diálogo é o melhor caminho para alcançar equilíbrio entre os interesses dos moradores e dos comerciantes. Em relação às mesas e cadeiras nas calçadas, explicou que isso pode ser revogado caso os acordos não sejam cumpridos. Acrescentou que a fiscalização é fundamental para distinguir os bons empreendedores dos maus. Declarou que a situação da Praça Duque de Caxias é preocupante, pois bares ao redor estariam tornando-a privada, inclusive utilizando correntes para demarcar espaços. Questionou os dados informados por Gustavo Oliveira Andrade. Disse que a maioria dos fiscais nomeados têm nível superior e desempenharão um excelente trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diamantino Serafim afirmou que é necessário definir claramente o papel do adotante de praça. Destacou que os moradores precisam de respostas mais rápidas e efetivas em relação aos eventos em praças. Disse que a população não está sendo envolvida e é preciso discutir os problemas no seu foco. Enfatizou que Belo Horizonte deve ser vista como a capital da gastronomia, não como a capital dos bares. Declarou que o que observa no bairro não é boêmia, mas desordem, e destacou que os moradores não desejam isso. Disse que os bons empreendedores são bem-vindos no bairro. Citou que mora próximo à Praça Duque de Caxias há 50 anos, conhecendo bem a história e evolução da praça.

Rita Velloso afirmou que é essencial estabelecer mesa de negociação entre os moradores e os comerciantes para entender claramente as demandas de ambos.

A presidenta explicou que o relatório de uma comissão especial de estudo não é impositivo e acrescentou que dele surgem pedidos de informação, indicações e projetos de lei que começarão a tramitar.

Flávio Mourão disse que os *parklets* estão causando muitos problemas, incluindo a obstrução do escoamento de água.

A presidenta abriu a palavra para o público presente.

Kleber Teixeira afirmou que há uma grande pressão dos bares para aumentar os níveis de decibéis. Acrescentou que é necessário promover a convivência pacífica entre moradores e comerciantes. Disse que os *parklets* foram criados para ocasionar problemas, pois atualmente funcionam como uma extensão dos bares, o que não é permitido. Falou sobre o problema dos bares balcões. Declarou que três grandes prédios estão sendo construídos na região e, se nada for feito, a área se tornará um caos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Simone dos Santos reforçou que os moradores do Bairro Carlos Prates estão sendo impedidos de usar a praça durante o horário de funcionamento do estabelecimento Forno da Saudade. Disse que a adoção da praça por um estabelecimento não reduz a criminalidade nem o uso de drogas.

A presidenta disse que o programa Adote uma Praça demonstrou eficácia em diversas localidades da cidade. Sugeriu que os moradores se organizem para adotar a praça, o que poderia fortalecer o grupo como uma entidade coletivamente organizada para fazer reivindicações relacionadas ao uso do espaço pelo estabelecimento Forno da Saudade.

Arlene Portela reforçou que o Bairro Savassi enfrenta problemas graves. Explicou que, devido à aglomeração noturna de pessoas na região, as ruas ficam malcheirosas no dia seguinte, com os bueiros obstruídos por lixo. Disse que paga um dos IPTUs mais caros da cidade e quer viver com dignidade.

A presidenta disse que o Bairro Savassi é o primeiro local que o grupo de trabalho está sendo testado, visando avaliar a possibilidade de expandir a iniciativa para outras áreas que enfrentam desafios semelhantes de convívio no espaço público. Convidou todos para a próxima reunião, na qual o relatório final será apresentado.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos.



ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: 10/6/24
Comunicação de aprovação:
<p align="center">Presidenta/Presidente</p>